

**USOS E ABUSOS DO PODER NAS CAPITANIAS DO NORTE: A FORMAÇÃO
DE UMA NOBREZA INDÍGENA E A HISTÓRIA DA “FAMÍLIA CAMARÃO”
– 1633 - 1732¹**

Jean Paul Gouveia Meira

Universidade Federal de Campina Grande
jeanpaulgmeir@gmail.com

Juciene Ricarte Apolinário²

Universidade Federal de Campina Grande
apolinarioju@hotmail.com

Desde meados do século XVII a monarquia lusitana enfrentava duras batalhas devido as tentativas de invasão de suas possessões no Ultramar efetuadas por outras nações da Europa, além da crise estabelecida com a chamada União das Coroas Ibéricas, ocorrida em anos anteriores, mais precisamente por volta de 1580, quando do problema de sucessão ao trono português, pelo simples fato das mortes de D. Sebastião e de seu tio-avô, o cardeal D. Henrique, os quais não deixaram descendentes.

Esta crise sucessória foi marcada por inúmeros conflitos entre Antônio (Prior do Crato) e Filipe II (Rei da Espanha), ambos os netos de D. Manuel I, antigo rei de Portugal no início do século XVI. O ponto final destas disputas aconteceu em 1583, quando Filipe II derrotou as tropas de Antônio, unificando os reinos de Portugal e Espanha.

Segundo Francisco Bethencourt, durante esse processo histórico houve um adensar da rede de oficiais régios na Terra do Brasil, a reorganização das capitanias, a criação de novas circunscrições administrativas, e, ainda, a fundação de um tribunal na cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos. São fenômenos que remetem, todos eles, para um dado fundamental: as mutações ocorridas no Brasil, durante a União Ibérica, possuem uma incontornável dimensão política.³

¹ Texto completo baseado no capítulo II, “Uma Nobreza Potiguar nos Confins das Capitanias do Norte”, da minha monografia de conclusão de curso intitulada “Antônio Domingos Camarão: uma trajetória de agência e luta nas capitanias do Norte – 1721-1732”, defendida em dezembro de 2010 para a obtenção do título de Licenciado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

² Orientadora tanto do trabalho monográfico quanto da elaboração do presente texto.

³ BETHENCOURT, Francisco. A administração da Coroa. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. **História da Expansão Portuguesa**. Volume I. Lisboa: [S.n.], 1998. pp. 387-411.

Assim posto, o envolvimento da Espanha em diversos conflitos militares na Europa, porém, pôs seus inimigos contra a colônia portuguesa. Inglaterra, França e Países Baixos realizaram várias invasões ao território colonial. Isso enfraqueceu a economia lusitana, acarretando um movimento pela restauração da autonomia, liderado pelo Duque de Bragança. Os restauradores só se libertaram do domínio espanhol em 1640, quando o duque foi coroado rei de Portugal com o título de D. João IV, inaugurando o governo da dinastia de Bragança.

Sendo assim, de acordo com José Honório Rodrigues, os holandeses, mais conhecidos como flamengos, evidentemente estariam indignados com o aumento do poderio de Filipe II da Espanha e a expansão territorial de seu Reino, antiga metrópole dos chamados Países Baixos, por causa de rivalidades seculares entre as duas regiões da Europa, estendendo-se esta inimizade aos domínios portugueses, e iniciando-se um processo de invasão e colonização da Terra do Brasil a partir de 1624.⁴

Para tanto, segundo Caio Prado Júnior, desde 1630 os holandeses sob o comando do conde Maurício de Nassau dominam os territórios da então capitania de Pernambuco, estendendo seus domínios para as capitanias do norte (até onde hoje conhecemos por Maranhão), mas também ao sul de Pernambuco, enriquecendo os engenhos com os lucros obtidos das técnicas flamengas de produção do açúcar mascavo, embelezando as capitais administrativas destas capitanias com monumentos arquitetônicos e praças, além da criação de novos saberes para a sociedade colonial através da construção de escolas e bibliotecas, e do cultivo de novas artes e músicas.⁵

A partir de então, se ganha destaque na historiografia “oficial”, mas também na própria história étnica dos Potiguara, a heroicização da então liderança deste povo nesta época, mais conhecido pelos portugueses como **Felipe Camarão**, o qual foi um dos principais responsáveis pela insurreição dos moradores das capitanias do norte contra a dominação holandesa que, por volta dos anos de 1645 a 1654 foi marcada por crises econômicas pela queda dos preços do açúcar exportado no comércio internacional; contando com a ajuda de senhores de engenho endividados, mas principalmente da liderança das comunidades africanas em Pernambuco, chamado Henrique Dias, culminando no fim da dominação flamenga e a consequente “expulsão” dos holandeses em 1654.

⁴RODRIGUES, José Honório. **Civilização Holandesa no Brasil**. São Paulo: [S.n.], 1940.

⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 38ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

Fátima Martins Lopes afirma que na historiografia há controvérsias sobre a origem de Felipe Camarão. Nunca foi confirmado se ele teria nascido em Pernambuco ou no Rio Grande do Norte. Apesar do esforço de muitos pesquisadores, a data e o local de seu nascimento continuam sem definição exata por falta de dados históricos definitivos.⁶

O que se sabe ao certo, conforme estudos realizados, como o de José Antônio Gonsalves de Mello⁷, é que muito antes da chegada dos holandeses existiu um chefe nativo dos “índios” Potiguara, chamado Potiguaçu, que no seu batismo cristão recebeu o nome de Antônio Felipe Camarão. Segundo o Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, de Antônio Soares, Antônio Felipe Camarão teria nascido provavelmente, em 1580, e recebido este nome ao torna-se cristão, em batismo realizado a 13 de junho de 1612.⁸

À época dos embates entre luso-brasileiros e holandeses, a participação de “índios aliados”, sob o comando de Felipe Camarão, foi decisiva para as vitórias dos primeiros. Diante de tal afirmação, sabe-se, por exemplo, que Camarão comandou um Terço de “índios” que ia da aldeia dos Rodela no rio São Francisco até o Mopebu no Maranhão.

Além disso, era evidente para Portugal a necessidade da boa relação com Camarão, pois o trânsito que ele possuía no interior das capitanias do norte, além da forte liderança que arregimentava “índios” de todas as partes, poderia tornar-se perigoso aos interesses metropolitanos, caso o mesmo tomasse como aliado outro povo que não fosse o português.⁹

Essa boa relação com Felipe Camarão e “sua família” foi traduzida como a concessão de mercês e patentes pelos serviços prestados pelos mesmos à Coroa Portuguesa, notadamente no período de maiores dificuldades vivenciadas como foram as guerras contra os holandeses nas capitanias do norte.

De acordo com Ronald Raminelli, nessa conjuntura francamente desfavorável, os rígidos impedimentos para a concessão de hábitos e comendas das ordens militares

⁶ LOPES, Fátima Martins. **Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Recife: UFPE, 1999. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 1999.

⁷ Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Antonio Filipe Camarão: capitão-mor dos índios da costa do nordeste do Brasil**. Recife: Universidade do Recife, 1954.

⁸ SOARES, Antônio. **Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Oficial, 1930.

⁹ ELIAS, Juliana. Militarização Indígena na Capitania de Pernambuco no Século XVII: Camarão, a História de um Título. **CLIO. Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, nº25-2, p. 150-166, 2008.

foram abrandados para viabilizar recompensas aos “índios”, considerados “vassalos reais”, e incentivar a lealdade à monarquia lusitana.¹⁰

Ainda na esteira do seu pensamento, o rei Felipe IV da Espanha reconhecia os serviços prestados pelos “índios” liderados por Camarão, e enviou algumas mercadorias como pano de linho, pentes, facas, tesouras, espelhos e alguns armamentos de guerra, na tentativa de manter os mesmos quietos e obedientes. Para o Principal, Antônio Felipe Camarão,

... tido como bom cristão e respeitado por todos os índios da capitania de Pernambuco e das demais até o Ceará, o monarca prometia, porém, a **mercê do hábito da Ordem de Cristo** [grifo nosso], com 40 mil réis de renda, e uma **patente de capitão-mor dos índios potiguares** [grifo nosso], com outros 40 mil réis de soldo pagos no almoxarifado dessa capitania. Entre as mencionadas graças, incluía ainda um brasão de armas. Dois anos depois, chegou a Pernambuco um documento com notícias sobre o hábito da Ordem de Cristo e o título de **Dom** [grifo nosso]...¹¹.

Nesse contexto, o espaço pernambucano não significava apenas a capitania de Pernambuco, mas compreendia uma área bem mais ampla, que ia desde o rio São Francisco até a capitania do Ceará, em que se incluem as capitanias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande; as quais recebiam influências diretas da administração colonial implantada em Pernambuco, mas também eram consideradas “anexas” aos interesses metropolitanos, de acordo com o projeto de colonização das terras e aldeias encontradas nessa região.

Sendo assim, além do título de Dom, Felipe Camarão recebeu as patentes de capitão-mor dos “índios” Potiguara e Governador de todos os “índios” das aldeias de Pernambuco, conforme as comendas de Cavaleiro da Ordem de Cristo e o Brasão de Armas; tendo como espaço de atuação, no exercício de sua respectiva liderança, as aldeias localizadas em diversas áreas ribeirinhas e litorâneas da grande faixa territorial que hoje recebe o nome de Nordeste do Brasil.

Consequentemente, os povos indígenas habitantes das aldeias localizadas nessa grande faixa territorial, com destaque para os grupos Potiguara e Tabajara (Arco Verde), considerados como os “melhores vassalos” encontrados pela Coroa nessas capitanias; passariam ao “controle” do Governador dos Índios, ao menos para arrematar as tropas militares contra os inimigos da Coroa Portuguesa, assegurando

¹⁰ RAMINELLI, Ronald. Honras e malogros: trajetória da família Camarão 1630-1730. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; VAINFAS, Ronaldo. **Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna**. São Paulo: Alameda, 2009.

¹¹ *Idem, ibidem*, p. 177.

um braço militar atuante em regiões que estavam fora do alcance dos representantes luso-brasileiros da extensa burocracia metropolitana na Colônia.

Para tanto, segundo as palavras de Juliana Elias,

... as honrarias concedidas a Camarão significaram o reconhecimento de seus méritos junto à Coroa, além de ter um efeito devastador sobre a elite colonial local, que se viu impossibilitada de oferecer qualquer resistência a um índio que alcançara títulos desejados por todos. Tal situação representou, em última instância, não apenas a promoção militar, mas sobretudo um degrau a mais no status social na Colônia junto aos demais pertencentes à elite. Este aspecto relativo ao personagem em foco torna-se mais interessante quando se constata que **o nome Camarão tornou-se um título** [grifo nosso]...¹²

Isto porque os descendentes de Felipe Camarão passaram, cada vez mais, a reivindicar ao longo do tempo mercês e patentes pelos feitos e serviços prestados à Coroa Portuguesa pelo mesmo, outrora não premiado, os quais não foram poucos; mas também honrando o nome Camarão com novos e valerosos serviços prestados nas guerras, sempre na tentativa de obter melhor provimento das terras e aldeias de onde fazem parte e exercem liderança.

Após a morte do capitão-mor dos “índios” Potiguara e Governador dos Índios das aldeias de Pernambuco, Felipe Camarão, em plena disputa contra os holandeses, graças aos méritos nas guerras, acompanhando seu parente mais próximo, mas também pelos serviços prestados à Coroa; Diogo Pinheiro Camarão, assim como o seu pai Francisco Pinheiro Camarão, foram agraciados com mercês e novos hábitos.

Nesse sentido, tudo ficava favorável, seguindo a lógica do projeto colonial dos portugueses, à concessão de privilégios, insígnias, medalhões e hábitos ao então parente mais próximo de Felipe Camarão, **Diogo Pinheiro Camarão**, pelos méritos obtidos durante as guerras entre luso-brasileiros e holandeses; mas que, no entanto, apenas recebeu licença para prover um cargo de grande prestígio em 1669, ou seja, muito tempo depois do fim das Guerras de Insurreição ao domínio batavo, ocupando a patente de Governador dos Índios da Capitania do Rio Grande.

Não obstante, pouco tempo depois, pelos mesmos serviços prestados à Coroa, desta tona lutando no projeto de colonização das terras e aldeias do “sertão”, combatendo os chamados “Tapuia”, alguns, antigos “aliados” dos holandeses; mas que se encontravam bastante “hostis” nos contatos realizados com os portugueses; em 1672,

¹² ELIAS, Juliana. *op.cit.*, p. 156.

Diogo Camarão foi contemplado com as patentes de capitão-mor dos “índios” Potiguara e Governador dos Índios de Pernambuco.

Por sua vez, Diogo Camarão se destacou na reorganização dos aldeamentos, quando o mesmo ousou de retirar alguns dos Potiguara que estavam nas aldeias da Paraíba e do Rio Grande e transferi-los para outro lugar, provavelmente para longe dos abusos que missionários e moradores cometiam com os mesmos, sem permissão legal para tal feito, mas também sem licença dos missionários destes respectivos lugares, incitando revoltas e grande inquietações.

Isto porque, nesse momento, apuraram-se denúncias dos próprios indígenas aldeados, porém, organizados politicamente; sobre práticas de concubinato, descaso, abuso, violência, além das tentativas de escravidão, notoriamente proibidas, dentre outros; as quais levaram a liderança Diogo Camarão tomar tais posturas, e, conseqüentemente, resultaram em conflitos com os moradores e os padres das missões, principais responsáveis pela administração dos chamados aldeamentos legais.

De acordo com Geyza Kelly Alves da Silva, muitas foram as querelas quanto à administração dos aldeamentos, principalmente no que toca ao seu deslocamento, provocando queixas dos colonos, mas também dos padres das Missões, que acusavam os líderes das aldeias de enviar “índios” para outros lugares. Os argumentos de colonos e de missionários no sentido de conservar os aldeamentos em seus lugares eram referentes ao fato destes agrupamentos não funcionarem apenas como local de habitação dos “índios”, mas como ponto estratégico, tanto militar quanto econômico, para a Coroa Portuguesa. Tais “vozes” do discurso, por muitas vezes, foram atendidas em detrimento do “silêncio” averiguado quando das palavras e argumentações indígenas.¹³

Entretanto, transformando a sua condição de “dominado” para um discurso de “vencedor”, os líderes indígenas souberam aproveitar as vantagens que a aliança com os portugueses lhes dava. E em cartas ao rei se faziam merecedores de mercês por seus serviços prestados à Coroa. Em 1671, por exemplo, Diogo Pinheiro Camarão pediu ajuda de custo para si e seus capitães com a justificativa de haver servido por volta de 40 anos nas guerras contra os holandeses.¹⁴

Pedidos dessa natureza, como o que foi acima exposto, eram sempre frequentes, quando não os membros do Conselho Ultramarino se deparavam com

¹³SILVA, Geyza Kelly Alves da. Teia de alianças, lealdade e dependência: Tabajaras e Potiguaras aliados/aldeados na capitania de Pernambuco. **CLIO. Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, nº25-2, p. 187-214, 2008.

¹⁴*Idem, ibidem.*

solicitações de terras, aumentos da *tença*, medalhas, insígnias e cargos militares ou patentes. Quanto maior eram os números de feitos e serviços realizados, principalmente daqueles mais importantes para a Coroa Portuguesa, maior era também a frequência dos pedidos das lideranças. Assim também ficou caracterizada a trajetória de Diogo Camarão nos constantes requerimentos que fazia ao rei de Portugal, na tentativa de melhor provimento das terras e aldeias não apenas dos Potiguara, dentre os quais ele teve sua origem, mas para os demais povos indígenas que necessitavam de seu auxílio, conforme sua posição de líder e governador.

Ademais, tais pressupostos corresponderiam aos princípios e deveres que a próxima liderança a ocupar o cargo de Governador dos Índios tinha que honrar. **Antônio João Camarão**, filho do primeiro “herói” das guerras de Pernambuco, Felipe Camarão, o qual havia sido recolhido à casa do governador de Pernambuco, Francisco Brito Freire (1661-1664), para a sua respectiva doutrina, como homenagem às “bravuras” paternas; foi nomeado em 1677 como capitão-mor dos “índios” Potiguara e Governador dos Índios das aldeias de Pernambuco.

Nesse contexto, ele não herdou do pai tal privilégio, tendo que apelar às autoridades metropolitanas para alcançar mercê pelos serviços prestados por Felipe Camarão na “Guerra dos Brancos”. De todo modo, a fama de “herói” do pai conquistada nessas batalhas contra os holandeses estava em quase todos os escritos contemporâneos à ascensão de João Camarão, denotando uma possibilidade de interpretação que nos leva a crer nas propostas de continuidade da fama do pai transferida para o filho quando da nomeação ao cargo de Governador dos Índios por parte da Coroa Portuguesa.

Sendo assim, João Camarão fez parte de uma escolha e de uma aposta esperançosa dos portugueses a partir da necessidade de nomeação de um novo Governador dos Índios após a saída de Diogo Camarão do cargo. No entanto, quem esperava honras e méritos batalhados pelo filho de Felipe Camarão, logo se decepciona com os malogros averiguados em sua rápida administração para com os “índios” aldeados nas capitanias do norte, conforme enxergamos nas palavras de Ronald Raminelli,

... o governador de Pernambuco, D. João de Sousa (1682-1685), decidiu punir o governador dos índios por mau procedimento. Seria acusado de fazer insultos e de consetir – em suas aldeias – com a ocorrência de assassinatos sem a devida punição. Atuou contra o serviço de Sua Alteza ao matar, de forma escandalosa e tirânica, uma índia a facada. Em seu primeiro

ano de governo, D. João de Sousa, a partir de denúncia feita por missionários, deu ordem de prisão ao mencionado chefe indígena.¹⁵

Desta forma, com os escândalos provocados pelo seu capitão-mor Antônio João Camarão, a etnia Potiguara, por um momento, vai perdendo um pouco dos seus espaços de atuação política dentro do sistema colonial a partir do momento da nova nomeação ao cargo de Governador dos Índios da Capitania de Pernambuco, concedida para uma liderança de outra etnia, chamado Antônio Pessoa Arco Verde. Descendente dos Tabajara e “aliado” dos portugueses desde as batalhas travadas com os Potiguara na “Conquista da Paraíba”, este novo chefe já havia servido como soldado e capitão de infantaria dos “índios” por 29 anos, além de lutar com muito zelo e valor na Guerra de Palmares. Segundo Raminelli, “durante dez anos, portanto, a chamada “Família Camarão” ficou fora do comando das aldeias indígenas [...]”.¹⁶

Para tanto, devido a morte de Antônio Pessoa Arco Verde, o posto de Governador dos Índios de Pernambuco retornaria à “Família Camarão” no ano de 1694. O contemplado desta vez era o filho de Diogo Pinheiro Camarão, **Sebastião Pinheiro Camarão**, o qual exerce a patente graças aos serviços prestados desde as guerras travadas com os holandeses na Restauração, atuando conjuntamente com o seu pai, até participações honradas nas campanhas contra os “Tapuia” do sertão, mas também nas batalhas contra o Quilombo dos Palmares e, posteriormente, desde sua nomeação ao cargo, na Guerra dos Mascates¹⁷ (apoiando os comerciantes de Recife).

Além disso, Sebastião Camarão continuou defendendo o projeto de reorganização das aldeias de “índios” deixado pelo seu pai, Diogo Camarão, apontando para o registro de sua autoridade e liderança sobre as etnias Potiguara e Tabajara, além de outros povos que vieram do sertão, nesses aldeamentos legais, exigindo uma postura da Coroa Portuguesa para com os casos indevidos praticados por moradores e missionários, ao se utilizarem da mão-de-obra “forçada”, e não remunerada, de homens e mulheres indígenas; além da autonomia para tomar decisões que favoreçam o melhor governo para os “índios”:

¹⁵ RAMINELLI, Ronald. *op. cit.* p. 181.

¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 184.

¹⁷ A Guerra dos Mascates se caracterizou pelos confrontos realizados entre senhores de terra e dos engenhos pernambucanos, muitos deles “falidos” e “decadentes”, concentrados em Olinda; contra os ascendentes comerciantes portugueses do Recife, chamados pejorativamente de mascates, ao longo dos anos de 1710 e 1711. Tal guerra fez parte do processo de formação da vila de Recife, desligada de qualquer vínculo com a vizinha Olinda; se obtendo a vitória da nova vila, além da sua respectiva autonomia.

Após uma carta dirigida ao rei pelo governador dos índios Dom Sebastião Pinheiro Camarão, na qual, além de pedir 40 mil réis de tença, falava sobre os inconvenientes da administração de seculares e dos missionários nas aldeias. O rei pediu parecer do governador acerca da veracidade de suas queixas e ainda sobre a jurisdição e poder que possuía o dito governador dos índios. O governador da capitania, Fernando Martins Mascarenhas Lancastre, reforçou as queixas do líder indígena sobre os missionários que têm domínio espiritual e temporal das aldeias e se negavam a entregar para o governador dos índios os seus aldeados para as ocasiões do serviço de Vossa Majestade.¹⁸

Ademais, após relatar a debilidade do seu corpo ao rei D. João V, Sebastião Camarão pede abdicação do posto de Governador dos Índios devido à impossibilidade do exercício do mesmo, tendo em vista da necessidade de concessão deste hábito para o “índio” que vem se destacando na atuação do Terço dos Índios das praças de Pernambuco, mas, principalmente, liderando outros tantos na construção de agências norteadoras de benefícios para os mesmos quando dos contatos interétnicos realizados com os colonizadores, com méritos pelo cumprimento de suas respectivas obrigações: ao seu filho Antônio Domingos Camarão Arco Verde.

Nesse sentido, embora não encontramos até o momento registros que mostre diretamente a concessão da patente do posto de Governador dos Índios para Domingos Camarão e a data de início de seu mandato, sabemos que o mesmo ficará marcado na história como a última liderança indígena a ocupar tal lugar ou posição no sistema colonial dessas terras, tendo em vista a extinção deste cargo, como veremos adiante; mas também no que tange a respeito do “fim” dos privilégios e honras conquistados pela chamada “Família Camarão” por quase 100 anos.

Isto porque o início do governo de Domingos Camarão já se mostra perturbado, devido aos conflitos resultantes entre seu Terço de Índios e o processo de arregimentação do Terço dos paulistas, ou seja, houve uma retirada ou convencimento para que homens e mulheres indígenas “subordinados” ao capitão Domingos passem a residir em outras praças, desta tona sob o “controle” do chefe do Terço dos “brancos” paulistas.

A maior preocupação por parte de Antônio Domingos ficava no “desmantelamento” de suas tropas, as quais, não desde muito cedo, lhe garantiam sucessivas vitórias nas agências construídas com os colonizadores quando das guerras travadas contra os inimigos da Coroa, além de se caracterizarem como sua base ou ponto de apoio para o seu respectivo regimento.

¹⁸ SILVA, Geyza Kelly Alves da. *op. cit.* p. 203.

A fragilidade do seu governo gerou enorme descontentamento entre os “maiorais” das capitanias do norte, os quais pressionaram o rei de Portugal para abolir determinadas patentes ou hábitos concedidos para indivíduos situados à “margem” da sociedade colonial, sugerindo a extinção dos postos de mestre-de-campo, sargento-mor, e Governador dos Índios.

Contudo, tal medida foi adotada em parte pela Coroa portuguesa, prejudicando o espaço de atuação política destas lideranças indígenas dentro do sistema colonial, e o último chefe da chamada “Família Camarão” acabou sendo preso em 1932 por desacatar uma nomeação Real de outro “índio” para a ocupação do cargo de capitão-mor de uma determinada aldeia. Diante do fato, em 1733, o rei D. João V baixou uma carta régia extinguindo o cargo de Governador Geral dos Índios.

BIBLIOGRAFIA

- BETHENCOURT, Francisco. A administração da Coroa. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. **História da Expansão Portuguesa**. Volume I. Lisboa: [S.n.], 1998. pp. 387-411.
- ELIAS, Juliana. Militarização Indígena na Capitania de Pernambuco no Século XVII: Camarão, a História de um Título. **CLIO. Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, nº25-2, p. 150-166, 2008.
- LOPES, Fátima Martins. **Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Recife: UFPE, 1999. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 1999.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Antonio Filipe Camarão: capitão-mor dos índios da costa do nordeste do Brasil**. Recife: Universidade do Recife, 1954.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 38ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- RAMINELLI, Ronald. Honras e malogros: trajetória da família Camarão 1630-1730. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; VAINFAS, Ronaldo. **Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna**. São Paulo: Alameda, 2009.
- RODRIGUES, José Honório. **Civilização Holandesa no Brasil**. São Paulo: [S.n.], 1940.
- SILVA, Geyza Kelly Alves da. Teia de alianças, lealdade e dependência: Tabajaras e Potiguaras aliados/aldeados na capitania de Pernambuco. **CLIO. Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, nº25-2, p. 187-214, 2008.
- SOARES, Antônio. **Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Oficial, 1930.